Revisão Brasil Império
Prof. Thiago

1**.** (Uerj 2014)

A restituição da passagem

As famílias chegadas a Santos com passagens de 3ª classe, tendo pelo menos 3 pessoas de 12 a 45 anos, sendo agricultores e destinando-se à lavoura do estado de São Paulo, como colonos nas fazendas ou estabelecendo-se por conta própria em terras adquiridas ou arrendadas de particulares ou do governo, fora dos subúrbios da cidade, podem obter a restituição da quantia que tiverem pago por suas passagens.

Adaptado de *O immigrante*, nº 1, janeiro de 1908

A publicação da revista *O immigrante* fazia parte das ações do governo de São Paulo que tinham como objetivo estimular, no final do século XIX e início do XX, a ida de imigrantes para o estado. Para isso, ofereciam-se inclusive subsídios, como indica o texto.

Essa diretriz paulista era parte integrante da política nacional da época que visava à garantia da:
a) oferta de mão de obra para a cafeicultura
b) ampliação dos núcleos urbanos no interior
c) continuidade do processo de reforma agrária
d) expansão dos limites territoriais da federação
e)

2**.** (G1 - ifsul 2017) "A dissolução da Assembleia Constituinte e a outorga da Carta de 1824 acirraram os ânimos, principalmente em Pernambuco. O que incomodava os pernambucanos, assim como os membros da elite de outras províncias dos atuais Nordeste e Norte, era a falta de autonomia, em decorrência da opção de D. Pedro por um regime centralizado a partir do Rio de Janeiro."

VAINFAS, Ronaldo e outros. *História 2: o longo século XIX*. – 2° Ed.
São Paulo: Saraiva, 2013. p. 153.

O texto faz referência à política autoritária de D. Pedro I, a qual ocasionou a
a) Revolução Praieira.
b) Guerra dos Mascates.
c) Confederação do Equador.
d) Revolta de Beckman.

3**.** (Fmp 2017) O texto a seguir é um fragmento de decreto de D. Pedro I, de 1823, em que o imperador dissolve a Assembleia Constituinte.

Havendo Eu convocado, como Tinha Direito de convocar, a Assemblea Geral, Constituinte e Legislativa, [...] e havendo esta Assemblea perjurado ao tão solemne juramento, que prestou á Nação [...]: Hei por bem, como Imperador, e Defensor Perpetuo do Brasil, dissolver a mesma Assemblea, e convocar já huma outra na forma das Instruções, feitas para a convocação desta, que agora acaba; a qual deverá trabalhar sobre o Projecto de Constituição, que Eu Hei-de em breve Apresentar; que será duplicadamente mais liberal, do que a extincta Assemblea acabou de fazer.

D. PEDRO I. Decreto de dissolução da Assembleia Nacional Constituinte, em 12 nov. 1823 *apud* PEREIRA, V. "A longa 'noite da agonia'". *Revista de História da Biblioteca Nacional.* Rio de Janeiro: SABIN, ano 7, n. 76, jan. 2012, p. 42.

Com base na justificativa do ato político explicitado no texto do decreto, e analisando as suas consequências, identifica-se um antagonismo entre:
a) Monarquia e República
b) Capitalismo e Socialismo
c) Imperialismo e Independência
d) Absolutismo e Liberalismo
e) Nacionalismo e antilusitanismo

4**.** (Uece 2017) Observe o seguinte enunciado:

"Com a dissolução da Assembleia Constituinte, em 12 de novembro de 1823, aumentou a insatisfação com o governo de D. Pedro I, sobretudo no Nordeste. Em 2 de julho de 1824, em Pernambuco, Manuel Carvalho Paes de Andrade lança o manifesto que dá origem ao movimento. Contudo, antes da manifestação ocorrida no Recife, apoiada por Cipriano Barata e por Joaquim da Silva Rabelo (o Frei Caneca), ambos experientes revoltosos, a província do Ceará já tinha sua manifestação contrária ao Imperador, ocorrida no município de Nova Vila do Campo Maior (hoje Quixeramobim), em 9 de janeiro de 1824 e liderada por Gonçalo Inácio de Loyola Albuquerque e Melo (o Padre Mororó)".

O movimento ocorrido no Brasil durante o Império a que o enunciado acima se refere é denominado
a) Revolução Pernambucana.

b) Revolução Praieira.
c) Contestado.
d) Confederação do Equador.

5**.** (Espm 2017) Vossa majestade verá que fiz de minha parte tudo quanto podia e, por mim, no dito tratado, está feita a paz. É impossível que vossa majestade, havendo alcançado suas reais pretensões negue ratificar um tratado que lhe felicita seus reinos, abrindo-lhe os portos ao comércio estagnado, e que vai pôr em paz tanto a nação portuguesa, de que vossa majestade é tão digno rei, como a brasileira, de que tenho a ventura de ser imperador.

Paulo Rezzuti. *D. Pedro: a história não contada. O homem revelado por cartas e documentos inéditos*.

O fragmento é parte da carta de D. Pedro a D. João VI, versando sobre o tratado por meio do qual Portugal reconhecia a independência do Brasil, mediante:
a) a renovação dos tratados comerciais de 1810;
b) a concessão aos portugueses da Ilha de Trindade;
c) a assinatura de um acordo de reciprocidade;
d) o compromisso assumido pelo Brasil de cessar o tráfico negreiro;
e) o pagamento pelo Brasil de uma indenização de 2 milhões de libras.

6**.** (G1 - cftmg 2017) O processo de independência do Brasil teve como uma das suas principais características a unificação de todos os territórios colonizados pela metrópole portuguesa, diferentemente do que ocorreu na América Espanhola.

Entre os elementos que explicam essa característica singular, pode- se incluir, EXCETO a
a) difusão da religiosidade católica.
b) existência de trabalho escravo em latifúndios.
c) presença da corte lusitana no continente americano.
d) defesa do tráfico negreiro contra ingerências internacionais.

7**.** (G1 - ifsul 2017) A Revolta dos Malês, ocorrida em Salvador, Província da Bahia, na noite de 24 de janeiro de 1835, durante o Brasil Império, mais precisamente durante o Período Regencial (1831 a 1840), representou uma rápida rebelião organizada pelos escravos e que foi reprimida pelas tropas imperiais.
Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/revolta-dos-males/>.
Acesso em: 22 jul. 2016. (texto adaptado).

Essa revolta representou a mobilização de cerca de 1.500 escravos africanos, os quais lutavam pela
a) libertação dos negros de origem islâmica e pela tomada do poder.
b) libertação dos índios guaranis e de outros escravos dos engenhos vizinhos.
c) independência do Brasil e pelas ideias republicanas.
d) defesa da religião católica e pela manutenção de suas crenças, cultos e costumes.

8**.** (Uemg 2017) "As consequências da escravidão não atingiram apenas os negros. Do ponto de vista da formação do cidadão, a escravidão afetou tanto o escravo quanto o senhor. Se um estava abaixo da lei, o outro se considerava acima. A libertação dos escravos não trouxe consigo a igualdade efetiva. Essa igualdade era afirmada nas leis, mas negada na prática. Ainda hoje, apesar das leis, aos privilégios e à arrogância de poucos correspondem o desfavorecimento e a humilhação de muitos."

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. 14ª ed.
Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 53.

No século XIX, o combate à escravidão no Brasil relacionou-se à
a) adesão dos proprietários rurais à plena concretização dos direitos humanos.
b) elaboração da Constituição por pessoas comprometidas com a justiça social.
c) criação de leis emancipacionistas para a manutenção da Guerra do Paraguai.
d) mobilização de diferentes grupos sociais em torno da campanha abolicionista.

9**.** (Unesp 2017) Art. 3º O governo paraguaio se reconhece obrigado à celebração do Tratado da Tríplice Aliança de 1º de maio de 1865, entendendo-se estabelecido desde já que a navegação do Alto Paraná e do Rio Paraguai nas águas territoriais da república deste nome fica franqueada aos navios de guerra e mercantes das nações aliadas, livres de todo e qualquer ônus, e sem que se possa impedir ou estorvar-se de nenhum modo a liberdade dessa navegação comum.

("Acordo Preliminar de Paz Celebrado entre Brasil, Argentina e Uruguai
com o Paraguai (20 junho 1870)". *In*: Paulo Bonavides e Roberto Amaral
(orgs.). *Textos políticos da história do Brasil*, 2002. Adaptado.)

O tratado de paz imposto pelos países vencedores da guerra contra o Paraguai deixa transparente um dos motivos da participação do Estado brasileiro no conflito:
a) o domínio de jazidas de ouro e prata descobertas nas províncias centrais.
b) o esforço em manter os acordos comerciais celebrados pelas metrópoles ibéricas.
c) a garantia de livre trânsito nas vias de acesso a províncias do interior do país.
d) o projeto governamental de proteger a nação com fronteiras naturais.
e) o monopólio governamental do transporte de mercadorias a longa distância.

10**.** (Upf 2017) A partir da década de 1840, o café se consolidou como o principal produto de exportação do Brasil. Em função da cafeicultura, criou-se toda uma rede de infraestrutura, com aparelhamento dos portos, melhoria dos transportes, instituição de novos mecanismos de crédito e estímulo à vinda de imigrantes europeus para diversificação da mão de obra.

A cafeicultura definiu o deslocamento do polo econômico do país para as zonas:
a) Recôncavo Baiano e Chapada Diamantina.
b) Grão-Pará e Costa de Sauípe.
c) Vale do Paraíba e oeste paulista.
d) Sertão pernambucano e Triângulo mineiro.
e) Vale do Itajaí e oeste catarinense.

Gabarito:

Resposta da questão 1: [A]
[Resposta do ponto de vista da disciplina de História]

A cafeicultura era o carro-chefe da economia do Segundo Reinado brasileiro e, por isso, tinha total atenção do governo. Devido à pressão inglesa pelo fim da escravidão e à consequente assinatura da Lei Eusébio de Queiroz, o governo brasileiro passou a incentivar a vinda de imigrantes europeus para suprir a falta dos escravos nas nossas lavouras.
[Resposta do ponto de vista da disciplina de Geografia]
Como mencionado corretamente na alternativa [A], a imigração estrangeira garantia a demanda da mão de obra para a cafeicultura, substituindo a mão de obra escrava. Estão incorretas as alternativas: [B], porque o objetivo da imigração era a absorção pela cafeicultura; [C], porque a redistribuição de terras não era pertinente no século XIX; [D], porque o objetivo era a absorção da mão de obra nas fazendas, e, portanto, o povoamento do território nacional.

Resposta da questão 2: [C]
Somente a alternativa [C] está correta. A constituição brasileira de 1824 foi outorgada e centralizadora, basta observar o quarto poder denominado de "moderador". Algumas províncias não gostaram de tamanha centralização do poder, foi o caso de Pernambuco que em 1824 foi palco da Confederação do Equador, um movimento de caráter separatista e republicano.

Resposta da questão 3: [D]
Somente a alternativa [D] está correta. O texto de D. Pedro I faz referência à noite da agonia quando o monarca dissolveu a assembleia nacional constituinte porque estava descontente com o projeto da mandioca caracterizado pela xenofobia (no caso contra os portugueses) e pelo liberalismo uma vez que limitava o poder do rei. Em 1824 foi outorgada a Constituição brasileira profundamente centralizadora dando amplo poder ao imperador através do poder Moderador, Padroado, Beneplácito e a nomeação dos presidentes de província. O Brasil tornou-se uma monarquia constitucional com uma fachada absolutista.

Resposta da questão 4: [D]
Somente a alternativa [D] está correta. O enunciado aponta para a Confederação do Equador ocorrida em Pernambuco em 1824. Através de uma aliança entre a elite agrária e D. Pedro I, em 1822, o Brasil conseguiu sua independência diante de Portugal. No ano seguinte, foi criada uma Assembleia Nacional Constituinte com intuito de elaborar uma constituição para o país. D. Pedro I fechou a Assembleia Constituinte descontente com o denominado projeto da "Mandioca" e, no ano de 1824, foi outorgada a primeira constituição do Brasil. Esta foi centralizadora e autoritária concentrando poderes no imperador através do poder moderador. Desta forma, algumas regiões do Brasil se rebelam contra a monarquia centralizadora como ocorreu em Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Resposta da questão 5 [E]
Somente a alternativa [E] está correta. A carta de D. Pedro I a seu pai, D. João VI, que estava reinando em Portugal remete ao contexto da independência do Brasil em 1822. Para realizar o comércio internacional, o país precisava do reconhecimento externo dos principais países em especial de Portugal. Com o intermédio da Inglaterra, Portugal reconheceu a independência do Brasil em 1825, mediante uma indenização de dois milhões de libras esterlinas.

Resposta da questão 6: [A]
A difusão da religiosidade católica não pode ser um fator explicador na unificação da América Portuguesa porque a América Espanhola também era amplamente católica e, mesmo assim, se separou no pós-Independência.

Resposta da questão 7: [A]
Somente a alternativa [A] está correta. A questão faz referência ao Período Regencial, 1831-1840, quando ocorreram inúmeras revoltas no Brasil como a Cabanagem, Sabinada, Balaiada e Farroupilha, entre outras. Uma revolta tem chamado a atenção dos pensadores brasileiros na atualidade, a revolta dos Malês. Este movimento foi liderado pelos negros que seguiam a religião islâmica. Os revoltosos, cerca de 1.500, estavam muito insatisfeitos com a escravidão africana, a imposição do catolicismo e com o preconceito e exploração contra os negros. Assim, tinham como objetivo principal a libertação dos escravos e também acabar com o catolicismo (religião imposta aos africanos desde o momento em que chegavam ao Brasil), o confisco dos bens dos brancos e mulatos e a implantação de uma República Islâmica.

Resposta da questão 8: [D]
A campanha abolicionista ganhou força no Brasil durante o Segundo Reinado, amparada, principalmente, na pressão da Inglaterra e na ascensão de partidos liberais e republicanos no país.

Resposta da questão 9: [C]
A participação brasileira na Guerra do Paraguai estava ligada ao domínio da Bacia do Prata, formada, dentre outros, pelos rios Paraná, Paraguai e da Prata. Por isso, o Tratado de Paz fez questão de destacar que nada poderia impedir a livre circulação por esses rios.

Resposta da questão 10: [C]
Somente a proposição [C] está correta. O café começou a ser produzido em larga escala no Brasil primeiramente na região do Vale da Paraíba e depois foi migrando para o Oeste Paulista. No Vale da Paraíba, a produção de café se deu em estilo tradicional através de trabalho escravo, latifúndio e exportação enquanto no Oeste Paulista a dinâmica foi outra, ocorreu à transição do trabalho escravo para o trabalho livre com a chegada dos imigrantes e a modernização da economia com ferrovias e o surgimento de atividades industriais.